

PODER JUDICIÁRIO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Concurso Público | Nível Superior

Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 **Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do cargo a que concorre em cada página numerada deste caderno de provas.** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo que pertencente aos que já tenham terminado as provas.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Em meio à multidão de milhares de manifestantes,
rapazes vestidos de preto e com a cabeça e o rosto cobertos por
capuzes ou capacetes caminham dispersos, tentando manter-se
4 incógnitos. A atitude muda quando encontram um alvo: um
cordão de isolamento policial, uma vitrine ou uma agência
bancária. Eles, então, agrupam-se e, armados com porretes,
7 pedras e garrafas de coquetel *molotov*, quebram, incendiam e
agridem. Quando a polícia reage, os vândalos voltam a se
misturar à massa de gente que protesta pacificamente, na
10 esperança de, com isso, provocar um tumulto e incitar outros
manifestantes a entrar no confronto. É a tática do *black bloc*
(bloco negro, em inglês), cujo uso se intensificou nos protestos
13 de rua que dominaram a Europa este ano. Quase sempre, a
minoria violenta é formada por anarquistas — que, de seus
análogos do início do século XX, imitam os métodos violentos
16 e o ódio ao capitalismo e ao Estado.

Diogo Schelp. In: *Veja*, 22/12/2010 (com adaptações).

No que se refere aos aspectos morfosintáticos e semânticos do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 Nas linhas 9, 13 e 14, o elemento “que” possui, em todas as ocorrências, a propriedade de retomar palavras ou expressões que o antecedem.
- 2 A palavra “análogos” (l.15) está sendo empregada com o sentido equivalente a **antecessores**.
- 3 O principal objetivo do texto é fazer uma comparação entre as estratégias de protesto do movimento anarquista do início do século XX e as do movimento anarquista dos dias de hoje.
- 4 Seria mantida a correção gramatical do texto caso fosse introduzida vírgula imediatamente após o trecho “rapazes vestidos de preto (...) capuzes ou capacetes” (l.3), isolando-o do restante da oração, já que esse trecho somente insere informação acessória sobre os manifestantes.
- 5 Os complementos elípticos das formas verbais “quebram” (l.7), “incendiam” (l.7) e “agridem” (l.8) possuem o mesmo referente no texto.
- 6 As formas verbais infinitivas “misturar” (l.9) e “provocar” (l.10) poderiam ser corretamente substituídas por suas formas flexionadas, **misturarem** e **provocarem**.

1 O leitor interessado em compreender um pouco
melhor como vivem milhões de brasileiros à sua volta poderia
aproveitar um de seus próximos momentos livres para fazer um
4 teste que lhe mostrará por que a vida é tão difícil para tanta
gente neste país. É simples: procure entender direito,
consultando uma enciclopédia qualquer da Internet, o que é
7 mesmo a teoria da relatividade, como se lida com o binômio de
Newton ou qual é a função dos números imperfeitos. Pensando
bem, nem é preciso fazer o teste: o leitor sabe, desde já, que
10 não vai entender nada do que ler. Por mais atenção que preste,
e por mais neurônios que queime, logo vai ficar claro que ele
não tem os conhecimentos essenciais para acompanhar a
13 exposição desses assuntos. “Falta a base”, como se diz.
Felizmente, não é preciso trabalhar com esses temas, ou sequer
saber que existem, para ganhar a vida. Tudo muda de figura,
16 porém, quando se constata que 50% dos brasileiros não
conseguem entender um texto simples de leitura, e 70% não
são capazes de resolver questões primárias de matemática.

J. R. Guzzo. In: *Veja*, 22/12/2010 (com adaptações).

Com relação aos aspectos estruturais e semânticos do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 7 Entre as orações que compõem o período “não é preciso trabalhar com esses temas, ou sequer saber que existem” (l.14-15) estabelece-se uma relação sintático-semântica de alternância.
- 8 O uso do imperativo, como em “procure entender” (l.5), e de expressões informais, como “Pensando bem” (l.8-9), “por mais neurônios que queime” (l.11) e ‘Falta a base’ (l.13), constitui estratégia para aproximar o texto da modalidade oral e para envolver o leitor, pondo-o no centro da mensagem.
- 9 O sujeito da forma verbal “vivem” (l.2) não ocorre de maneira explícita no período, devendo ser inferido da leitura do texto.

1 Um embate entre instituições de ensino superior,
 editoras e autores é travado há anos. Com o argumento de que
 4 livros são caros e muitas vezes apenas um capítulo é necessário
 para o curso, alunos e professores lançam mão de cópias
 de partes de publicações ou de apostilas para economizar.
 O debate voltou à tona após policiais da Delegacia
 7 Antipirataria apreenderem, no mês passado, mais de duzentas
 pastas com textos para serem reproduzidos em uma
 universidade do Rio de Janeiro, sob a alegação de crime de
 10 direitos autorais. O operador da máquina foi detido, e a
 universidade, indignada, criou normas para regulamentar as
 cópias dentro de seus estabelecimentos. Uma alternativa legal,
 13 porém, existe há quatro anos, mas só agora começa a ser
 efetivada em algumas universidades: a venda de capítulos
 avulsos.

Luciani Gomes. *In: IstoÉ*, 6/10/2010 (com adaptações).

A respeito do texto apresentado acima, julgue os itens que se seguem.

- 10 A forma verbal “apreenderem” (ℓ.7) poderia ser corretamente substituída pela forma verbal composta **terem apreendido**.
- 11 A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “Uma alternativa (...) algumas universidades” (ℓ.12-14) fosse reescrito da seguinte maneira: Fazem quatro anos que existe uma alternativa legal, mas só agora ela começa a ser efetivada em algumas universidades.
- 12 Infere-se da leitura do texto que fazer cópias de partes de livros é mais barato que comprar capítulos avulsos.
- 13 A inserção do artigo definido plural **os** imediatamente antes da palavra “policiais” (ℓ.6) não alteraria o sentido original do período.

Brasília, 28 de janeiro de 2011.

Ao Sr. Chefe de Recursos Logísticos

Assunto: **Serviço completo de copa**

1 Solicito a Vossa Senhoria providenciar serviço completo de copa para servir doze pessoas em uma reunião de coordenação deste Departamento, a ser realizada no dia 2/2, terça-feira, das 16 h às 18 h 30 min, no Supremo Tribunal Militar, 7.º andar, sala 54.

2 Para obter informações adicionais, por favor, entrar em contato com Fernanda, no ramal 8662.

Atenciosamente,

[assinatura]

Renato Peixoto Magalhães

Chefe do Departamento de Psicologia

Considerando o documento hipotético acima e o estabelecido no **Manual de Redação da Presidência da República** acerca das comunicações oficiais, julgue os itens de 14 a 15.

14 O conteúdo tratado no documento acima é adequado a um memorando, uma vez que veicula informações de caráter meramente administrativo e interno ao departamento.

15 O texto está adequado para um memorando no que diz respeito à forma porque, entre outras características, possui parágrafos numerados e identificação do destinatário exclusivamente pelo cargo que ocupa.

Julgue os seguintes itens, relativos a atualidades no âmbito internacional.

16 Entre as consequências da crise econômica dos Estados Unidos da América, inclui-se o fortalecimento do euro em relação às demais moedas, como se constata no reconhecimento dessa moeda, pelo Fundo Monetário Internacional, como referencial de valor nas transações comerciais internacionais.

17 No final do ano de 2010, o presidente dos Estados Unidos da América sancionou lei que prevê a eliminação gradativa dos subsídios à produção de etanol norte-americano e a redução das tarifas de importação do produto, favorecendo o ingresso de etanol brasileiro no mercado daquele país.

18 Em 2010, o Prêmio Nobel de Literatura foi concedido ao escritor Mario Vargas Llosa.

19 Em março de 2010, a Venezuela passou a integrar, como membro pleno, o MERCOSUL.

Com referência a atualidades no âmbito nacional, julgue os itens a seguir.

20 Em 2010, Brasília completou 50 anos de idade e o Plano Piloto, traçado urbanístico de Oscar Niemeyer, foi tombado como patrimônio histórico da humanidade.

21 Em dezembro de 2010, com o objetivo de incentivar o investimento de longo prazo do capital estrangeiro, o governo federal isentou o capital estrangeiro de pagar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido na compra de debêntures.

22 No dia 1.º de janeiro 2011, o Congresso Nacional reconheceu o resultado das eleições presidenciais de 2010, ao diplomar e declarar Dilma Rousseff como presidenta do Brasil.

23 O governo brasileiro reconheceu a existência o Estado palestino, cuja atual fronteira consiste na que possuía anteriormente à Guerra dos Seis dias, em 1967.

24 Como consequência da crise econômica internacional, o produto interno bruto brasileiro de 2010 permaneceu estagnado.

25 Entre 2010 e 2011, a dívida pública interna do governo federal diminuiu percentualmente em relação ao produto interno bruto.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Julgue os itens a seguir, relativos às circunscrições judiciárias militares e ao Superior Tribunal Militar (STM).

- 26 Os requisitos para a nomeação de um oficial-general do Exército brasileiro como ministro do STM pelo presidente da República incluem: ser da ativa, estar no posto mais elevado da carreira dessa força, além de possuir aprovação das duas Casas do Congresso Nacional, em sessão conjunta.
- 27 Caso juiz-auditor de uma circunscrição judiciária militar invada assuntos de competência do STM, esta Corte pode restabelecer sua competência, mediante avocatória.
- 28 Caso uma militar das Forças Armadas, que resida no estado de São Paulo, cometa infração penal militar no estado de Sergipe, a autoridade judiciária competente para processá-la e julgá-la será a do local de sua residência.

No que se refere aos órgãos de primeira instância da justiça militar, julgue os itens a seguir.

- 29 Caso um oficial superior e um sargento sejam acusados do mesmo crime militar, por coautoria, o correspondente processo deverá tramitar perante o mesmo conselho especial de justiça, a despeito da diferença hierárquica existente entre os militares.
- 30 Compete ao juiz-auditor decidir acerca de livramento condicional.

Com relação aos magistrados da justiça militar, julgue os itens a seguir.

- 31 Candidato aprovado em concurso para a magistratura da justiça militar dispõe do prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento no órgão oficial, improrrogáveis, para tomar posse.
- 32 Caso dois oficiais-generais tomem posse, simultaneamente, como ministros do STM, no desempate da antiguidade a ser considerada entre eles, nos novos cargos, deve-se levar em consideração a antiguidade na carreira militar.
- 33 De acordo com disposições legais, não há impedimento de juiz-auditor do STM servir conjuntamente com um primo legítimo que seja membro do Ministério Público Militar.

A respeito dos serviços auxiliares da justiça militar, julgue os itens a seguir.

- 34 O presidente do STM tem competência para aplicar pena disciplinar de suspensão a servidor auxiliar da justiça militar da União, contudo, apenas no limite máximo de trinta dias.
- 35 Compete aos diretores da Secretaria do STM expedir certidão de pregões e de fixação de editais.

Julgue os itens seguintes, referentes ao código de Ética dos servidores da Justiça Militar da União.

- 36 As informações referentes ao patrimônio da autoridade da justiça militar da União devem ser disponibilizadas para consulta pública de qualquer cidadão que assim o desejar. Qualquer restrição nesse sentido caracteriza desvio ético.
- 37 Autoridade da justiça militar da União pode consultar, posteriormente, a comissão de ética caso tenha dúvida sobre ato específico da gestão de bens que tenha realizado, para que não incida em desvio ético.

Julgue os próximos itens, a respeito da comissão de ética da justiça militar da União.

- 38 É vedado aos membros da comissão se manifestar publicamente sobre situação específica que possa ser ainda objeto de deliberação na comissão de ética.
- 39 Membro da comissão de ética que venha a ser indiciado civilmente deverá ser automaticamente excluído da comissão.
- 40 Os integrantes da comissão de ética deverão, durante o desempenho das atividades de membro da comissão, se afastar do exercício de outras funções.
- 41 A comissão de ética deve contar, em sua composição, necessariamente, com um servidor do quadro permanente, designado pelo ministro-presidente.
- 42 A presidência da comissão de ética cabe ao secretário de controle interno.
- 43 A presidência da comissão especial de ética cabe ao presidente do STM, salvo quando a infração ética for a ele atribuída, caso em que a comissão será presidida pelo vice-presidente do tribunal.

Acerca de procedimentos apuratórios da comissão de ética, julgue os itens subsequentes.

- 44 O servidor convocado para prestar informações sobre um desvio ético poderá se recusar a prestá-las, por não se tratar, necessariamente, de uma transgressão legal.
- 45 No procedimento apuratório da comissão de ética, devem ser garantidos o contraditório e a ampla defesa ao indiciado.

Com base no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e na Lei n.º 11.416/2006, julgue os itens a seguir.

- 46 Considere a seguinte situação hipotética.
Paulo tomou posse, pela primeira vez, em cargo efetivo no âmbito da administração pública direta da União, em fevereiro de 2008, e, em março de 2010, requereu a concessão de afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.
Nessa situação, Paulo poderá ser afastado sem perda de remuneração.
- 47 Considere a seguinte situação hipotética.
João, servidor público estável e detentor de cargo efetivo, aposentou-se voluntariamente em 5/10/2006, quando tinha 68 anos de idade, e, em 10/6/2009, requereu a sua reversão a cargo vago no serviço público, visto que era estável e sua aposentadoria havia ocorrido nos últimos cinco anos.
Nessa situação hipotética, João não poderá retornar à atividade no interesse da administração.

Julgue os itens seguintes de acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo em geral no âmbito da administração pública federal.

- 48 Em um processo administrativo, cabe ao interessado fornecer a prova dos fatos que tenha alegado; por essa razão, mesmo que o interessado declare que os dados alegados estejam em poder da própria administração, o órgão não poderá obter esses documentos de ofício, visto que cabe ao interessado providenciar a sua respectiva juntada.
- 49 Considere, por hipótese, que João e Maria, ambos servidores públicos federais, sejam, respectivamente, tio e sobrinha. Nessa situação hipotética, caso haja processo administrativo em que João figure como testemunha, Maria estará impedida de nele atuar.

Julgue os itens subsequentes, relativos a licitação.

- 50 A aquisição de bens e serviços mediante registro de preços deve ser realizada por meio de tomada de preços ou convite, conforme o valor do bem ou serviço.
- 51 Considerando-se que um bem imóvel tenha sido recebido pela União como forma de pagamento de dívida de particular, é correto afirmar que a alienação desse bem poderá ocorrer por meio de dispensa de licitação.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

- 52 As contas do STM devem ser apresentadas ao Congresso Nacional pelo seu presidente.
- 53 Para que uma ação governamental, acarretadora de aumento de despesa, em razão de ter sido expandida, não seja considerada irregular ou lesiva ao patrimônio, ela deve, entre outras exigências, ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro relativa ao exercício em que entrará em vigor e aos dois subsequentes.

Com base nos princípios constitucionais fundamentais, julgue os próximos itens.

- 54 No âmbito das relações internacionais, a República Federativa do Brasil adotou expressamente como princípio o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- 55 Os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem o pluralismo político e a cidadania.

Julgue os itens subsecutivos, referentes aos direitos e às garantias fundamentais.

- 56 Caso um tratado internacional sobre direitos humanos que estabeleça um direito fundamental seja aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, ele equivalerá a uma emenda constitucional.
- 57 Ninguém poderá ser privado do exercício de um direito por invocar crença religiosa ou convicção filosófica ou política para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

Acerca da organização do Estado brasileiro, julgue o item a seguir.

- 58 Compete privativamente à União legislar sobre matéria de direito penal, contudo, poderá ela, por meio de lei complementar, autorizar os estados-membros a legislar sobre questões específicas dessa matéria, relacionadas na Constituição Federal de 1988.

Julgue os itens seguintes, referentes ao Poder Judiciário.

- 59 Consoante dispositivos da Constituição Federal de 1988, o STM deve compor-se de quinze ministros vitalícios, escolhidos pelo presidente da República, sendo cinco deles civis, dos quais três devem ser escolhidos entre advogados e dois entre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.
- 60 Compete privativamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhar projeto de lei dispendo sobre a criação de circunscrição judiciária militar.